



FRENTE AMPLA E NOVOS RUMOS EM SANTA CATARINA

Projeto de resolução da Conferência Estadual 2017 do PCdoB-SC

Apresentamos a seguir minuta de Projeto de Resolução para subsidiar os debates no processo de conferência do PCdoB em Santa Catarina. O documento deve ser apreciado e discutido nas assembleias de base e nas conferências municipais e, eventuais emendas e contribuições serão levadas à Conferência Estadual, em outubro.

SANTA CATARINA E O GOLPE DE 2016

1. O cenário político catarinense em 2015/2017 foi marcado decisivamente pelo profundo abalo advindo do golpe que o impeachment da presidenta Dilma em 2016 significou para o Brasil. Com este movimento de proporções dramáticas e de efeitos que se estendem a longo prazo, as forças políticas de Santa Catarina, notadamente as de baixo viés ideológico, reembaralharam-se, redefinindo pólos de aproximação e afastamento.
2. Em 2015 e parte de 2016, o PCdoB/SC colheu frutos também da correta tática eleitoral adotada em 2014, quando, no esforço de ampliar o leque de apoio a candidatura a reeleição da presidenta a Dilma, coligou-se com o PSD de Raimundo Colombo, ao mesmo tempo possibilitou uma coligação proporcional a assembleia legislativa diferenciada. Com tal movimento, o PCdoB/SC manteve sua cadeira na ALESC, com o camarada Cesar Valduga, e nossa candidata a Deputada Federal, a Camarada Angela Albino, embora não se elegendo, alcançou expressiva votação, 87.954 votos (2.60%), ficando na segunda suplência. Angela foi a candidata mulher mais votada naquela eleição em todo o estado e, dentre os candidatos/as a deputado/a federal pelo PCdoB em todo o país, a 5ª mais votada em números absolutos e a 2ª mais votada em números percentuais.



3. Nossa prioridade era assumir o mandato federal. Porém face às circunstâncias, não foi possível num primeiro momento. O Partido foi convidado pelo Governador a assumir a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, espaço que foi liderado pela Camarada Angela Albino durante nove meses. Na sequência Angela Albino ocupou por pouco mais de um ano a cadeira na Câmara Federal, também um feito inédito desde Álvaro Ventura em 1934-1937. Estes espaços são fruto do desempenho eleitoral do partido em 2014 e de articulações política.

4. Um tema que tem ensejado importante debate nas fileiras partidárias é a relação do PCdoB com o governo Colombo. Após o resultado eleitoral de 2014, do Brasil e de SC, ficou mais claro para quem não conseguia entender a necessidade e justeza da aliança no campo institucional. Ao não se conseguir, num primeiro momento, a vaga de federal, optou-se por aceitar a Secretaria de Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. Com a saída da camarada Angela da SST, o camarada Arnaldo assumiu o espaço do Partido. Em todo esse processo surgiram leituras diferentes, mas a direção soube conduzir o debate, inclusive quando chegou a hora de sair do governo, em 2017.

5. Após o golpe de abril de 2016, o PCdoB/SC passou a conviver com a dialética de, por um lado, reafirmar a necessidade da amplitude política, buscando sair da aliança única e automática com o PT e, por outro, ver partidos da base do governo Dilma, inclusive ocupando cargos, aderirem sem pejo ao governo ilegítimo de Michel Temer.

6. Embora pessoalmente o governador Raimundo Colombo tenha adotado postura de defender a democracia quando, entre outros gestos, subscreveu documento dos governadores contra o golpe antes de sua consolidação, sua base toda migrou para apoio ao golpe e ao governo ilegítimo, reeditando as contradições que já se expressavam na campanha de 2014 quando, embora defensor de Dilma por “gratidão”, Colombo pouco conseguiu angariar de apoio público em sua base de apoio parlamentar.



7. Dos/as 16 deputados/as federais catarinenses, apenas os dois parlamentares do PT votaram contra o golpe (Cesar Souza e João Paulo Kleinubing reassumiram seus mandatos, sacando a camarada Angela da Câmara de Deputados/as, expressamente para votar pelo impeachment). Este contou também com os três votos da bancada catarinense no Senado, reafirmando o perfil conservador da bancada de Santa Catarina.

8. O “Fora Dilma” angariou amplo lastro em solo catarinense, em especial nos setores de classe média e empresarial, com significativas manifestações de rua, sob o manto do combate à corrupção, encorpando o caldo que viabilizou socialmente o golpe e criou um clima anti-esquerda (e em especial anti-PT), estimulando um ambiente de intolerância.

A ELEIÇÃO DE 2016

9. Este cenário moldou a eleição municipal de 2016. Embora já num ambiente de crescente resistência, com manifestações de ‘Fora Temer’ nas ruas e na guerrilha virtual (mesmo que em proporções mais modestas do que o apoio ao golpe), o campo mais progressista de SC encolheu significativamente sua expressão eleitoral, em especial PT e PCdoB, os principais partidos que resistiram ao golpe e que acumularam maior desgaste com a onda anti-esquerda.

10. Ponto fora desta curva, o PSol, que havia atuado fortemente em oposição aos governos Lula e Dilma, embora depois tenha se posicionado contra o golpe, cresceu em Santa Catarina e em especial na Grande Florianópolis.

11. A principal batalha do PCdoB/SC em 2016 foi no âmbito das disputas majoritárias, onde é possível maior exposição do Partido. O Partido teve cinco candidatos/as a prefeito/a – em Florianópolis, Chapecó, Blumenau, Erval Velho e Ouro Verde, colhendo 39.742 votos. Em 2012, fora uma candidatura, com 60.073 votos. Em Ouro Verde nosso candidato a prefeito chegou a 20 votos da vitória, elegendo a vereadora mais votada da cidade.



12. Nas três maiores cidades onde o PCdoB-SC lançou candidatos a prefeito e considerando o contexto, o saldo foi positivo, embora sem resultar na eleição de comunistas para as Câmaras Municipais.

13. Em Blumenau, o camarada Arnaldo Zimmermann destacou-se como novidade eleitoral, com postura de amplitude política e conhecimento técnico, coligação ampla (cinco partidos), e a significativa marca de 10.855 votos (6,00%), espriando sua liderança política.

14. Em Chapecó, o partido construiu importante aliança com o PMDB e pavimentou o caminho da viabilidade. Mesmo sem eleger-se, firmou-se definitivamente como liderança local e regional, ao alcançar 17.112 votos (15,98%).

15. Em Florianópolis, apesar do decréscimo de votos em relação a 2012, Angela Albino desempenhou importante tarefa de pautar o debate do partido na capital catarinense, mantendo-se no cenário eleitoral. A decisão pela candidatura própria, que não comparecia desde o início como opção central, se impôs em face da polarização de dois projetos de um mesmo campo conservador, as candidaturas de Gean Loureiro e de Angela Amin, e à impossibilidade verificada de construção de uma chapa mais ampla que centro-esquerda que contemplasse, além do PCdoB e do PT, o PSOL, o PDT, o PV e a Rede.

16. De um lado, é inequívoca a derrota eleitoral e o ambiente adverso que caracterizou nossa participação na eleição, de outro, há a expectativa de que a exposição da nossa liderança, não apenas na Capital, mas em toda a região metropolitana, aliado à retomada de diálogo e atuação com setores que demonstraram estranhamento com a tática de 2014 e, ainda, a crescente percepção das massas sobre o golpe e os efeitos do governo ilegítimo de Temer possam agregar valor à candidatura à federal. Para tanto, não há como pensar na viabilidade de uma candidatura a federal em Santa Catarina se não forem assumidas, desde já, por todo o coletivo partidário, as tarefas de preparação da candidatura em todas as regiões, com destaque para a Região Metropolitana de Florianópolis.



17. Destaque também para o lançamento de quatro candidaturas a vice-prefeito, em Blumenau, Concórdia, Rio do Sul e Monte Carlo, onde o PCdoB elegeu Almir Colombo vice-prefeito.

18. Nas eleições de 2016 para vereador/a o PCdoB/SC teve 42.723 votos em seus 201 candidatos/as, contra 56.565 votos e 192 candidaturas de 2012. Elegemos seis vereadores no estado, contra nove em 2012. Merece destaque a reconquista da cadeira na Câmara de Vereadores de Itajaí com o camarada Marcelo Werner. Elegemos vereadores também em Ouro Verde – uma mulher –, Cocal do Sul, Ouro, Paial e Zortéia.

19. Como saldo, além dos/as vereadores/as eleitos/as citados/as acima, assumimos a cadeira na cidade de Içara onde tínhamos a primeira suplência. Para além disso, ficamos com a primeira suplência nas cidades de Chapecó; Jaraguá do Sul; Brusque; Araranguá e com a segunda suplência em Joinville e Palhoça. Atualmente temos participação em governo em 31 cidades do estado: Araranguá; Belmonte; Bom Jesus; Camboriú; Campo Erê; Campos Novos; Coronel Freitas; Descanso; Entre Rios; Faxinal dos Guedes; Içara; Ipira; Itajaí; Jaraguá do Sul; Lages; Monte Carlo; Nova Itaberaba; Paial; Palhoça; Palma Sola; Passo de Torres; Penha; São Domingos; São Miguel do Oeste; Saudades; Sombrio; Tubarão; Xaxim; Zortéia; Itapema e Camboriú. Elegemos prefeitos/as da coligação em 27 municípios do estado, onde elegemos vice-prefeito do partido em Monte Carlo, além de estabelecer aliança com mais duas prefeituras após as eleições (Itajaí e Cocal do Sul).

20. A destacar negativamente não termos eleito vereador/a em Florianópolis, Chapecó, Içara e Concórdia – onde tínhamos eleito em 2012. Já em Joinville no primeiro semestre de 2016 recebemos a filiação de vereador Durval Pretti, que também não conseguiu sua reeleição. Em outras cidades de grande porte, como Criciúma, Blumenau e Jaraguá do Sul, Lages, Caçador, também não obtivemos vitória eleitoral. Em geral, não conseguimos compreender em profundidade o tamanho do desgaste sofrido pela esquerda e não tivemos capacidade de fazer



ajustes em nossos projetos eleitorais em algumas cidades com o objetivo de eleger. As direções municipais tiveram excessiva autonomia em definir suas alianças, redundando em incompreensões que feriram a unidade do Partido em diversos municípios.

21. Quanto às demais forças políticas, em 2016 os dez maiores partidos (PMDB, PSD, PP, PSDB, PSB, PT, PR, PDT, DEM e PSC) tiveram 87% da votação para vereador/a: 3.496.358 dos 3.975.152 votos válidos, com destaque para PMDB (21,41%), PSD (14,18%), PP (13,82%) e PSDB (11,5%). O PT fez a sexta maior votação (5,94%, 236.378 votos) e PDT a sétima (3,94%, 156.723 votos).

2018 – O CENÁRIO POLÍTICO CATARINENSE

22. O ambiente eleitoral de 2018 nasce marcado pelo golpe de 2016, pela onda anti-esquerda, em particular anti-PT, pelo avassalador desmonte do Estado Brasileiro, pela retirada de direitos históricos do povo brasileiro, mas também pela resistência que se amplia e pela mudança de percepção do povo brasileiro quanto ao caráter antidemocrático, antinacional e antipovo da ruptura de 2016. Setores que apoiaram abertamente o golpe começam a dar sinais de descontentamento com a ordem política que emergiu dele.

23. Mas as eleições de 2018 estão marcadas principalmente pela instabilidade, seja das definições dos partidos, seja da própria democracia, assim como da Reforma Política ainda sem rumo definido – embora hoje aponte para o fim das coligações em 2020 e cláusula de barreira já em 2018, com voto distrital ou distrital misto (metade eleito por lista fechada, metade por distritos).

24. O resultado eleitoral de 2016 perpetua a polarização na disputa de 2018 para o Governo do Estado, já identificada na Conferência Estadual do PCdoB/SC de 2015. PSD e PMDB, os dois partidos que hoje hegemonomizam a tríplice aliança arquitetada por LHS, sinalizam que marcharão para candidaturas distintas em 2018. No entanto, os projetos dos dois partidos ora se antagonizam e ora se aproximam. E há ainda dubiedades de importantes atores políticos, como o



próprio governador, que ora apoia mais explicitamente Gelson Merísio, ora flerta com a manutenção da aliança com PMDB, visando facilitar seu projeto de eleição para o Senado.

25. Gelson Merísio tenta se viabilizar como candidato do PSD ao governo, flertando com uma aliança de segundo turno com setores mais progressistas. Já o governador Raimundo Colombo não se compromete inequivocamente com este projeto, julgando que uma reedição da tríplice aliança aumentaria sua chance de eleição ao Senado.

26. Já o PMDB catarinense acumula fissuras internas: pleiteiam a cabeça de chapa ao governo Mauro Mariani e Eduardo Pinho Moreira, com Udo Döhler podendo se viabilizar no veio do perfil “antipolítico”. O senador Dário Berger encontra resistência em construir espaço para se tornar o candidato peemedebista à Casa da Agrônômica.

27. O PSDB ainda é uma incógnita: dispõe do nome do senador Paulo Bauer para a disputa, mas setores importantes do partido buscam aliar-se ao projeto do PSD, ou ao do PMDB.

28. O PP, embora tenha construído nos últimos anos aproximação sólida com Gelson Merísio, vê o ex-governador Esperidião Amin ensaiar uma tentativa de retorno ao comando do Estado.

29. No campo à esquerda, deputado federal Décio Lima, recentemente eleito presidente do PT, busca se viabilizar para a disputa do Governo do Estado, mas tem o desafio de enfrentar o desgaste que seu partido atravessa e viabilizar um mínimo espectro de legendas coligadas. Setores do PT não descartam, como alternativa, uma aliança mais ampla, já no primeiro turno.

30. Embora não anunciada, é provável uma candidatura do PSol à governador, considerando o crescimento do partido no Estado e a necessidade nacional de projeção pública.

31. Já o PDT dialoga amplamente, mas aguarda a definição do cenário nacional, ante a provável candidatura de Ciro Gomes e a necessidade que daí deflui de ter palanque no Estado.



32. Por fim, o PSB, que em SC cresceu com perfil marcadamente de direita, tendo a família Bornhausen à frente, pode ter uma reformatação nacional mais à esquerda, o que impactaria seu projeto no Estado e até mesmo a desfiliação das suas principais lideranças, caso isso venha a acontecer.

2018 – O PROJETO DO PCDOB

33. O PCdoB entende que é preciso uma ampla frente para resistir à ofensiva de direita, enfrentar e derrotar as forças conservadoras que trouxeram grande retrocesso ao país no último período, buscando cada oportunidade para galvanizar mais forças, na sociedade e entre os atores políticos.

34. A ameaça representada pela cláusula de barreira merece especial atenção dos comunistas: tal como foi definida no Senado, a cláusula de barreira truncaria a vida institucional do PCdoB já em 2018, caso o Partido repetisse o desempenho eleitoral de 2014.

35. Em Santa Catarina, obtivemos em 2014 um resultado eleitoral que contribuiria decisivamente para o PCdoB atravessar a cláusula de barreira; isto traz para os/as comunistas catarinenses a tarefa de construir o projeto estadual com um olhar comprometido com a vida (e a sobrevivência) do Partido no país.

36. Empenhar-se na construção da frente ampla e de um grande campo de atuação e diálogo do PCdoB no estado é o principal elemento tático do próximo período. A atuação do Partido deve equilibrar de forma justa a necessidade de reforçar a identidade de esquerda, o referencial ideológico que nos configura, com a identificação de elementos de acumulação de forças, que assegurem a têmpera necessária para resistir à onda conservadora e o fortalecimento da e na luta progressista. Devemos evitar o isolamento político e combater o sectarismo em nossa atuação política. Foi com amplitude que o PCdoB deu importante contribuição em momentos de inflexão



da história do nosso país e, este momento, é suficientemente grave para que o Partido subestime o caráter estratégico do golpe que vivemos e da resistência que se impõe.

37. O PCdoB deve se empenhar em compreender melhor a dinâmica de desenvolvimento do estado, dialogar com os/as trabalhadores/as, com os/as estudantes, com as forças produtivas e suas lideranças, com outros partidos e correntes que atuam no estado; elaborar propostas que apontem a superação dos gargalos atuais. Não se pode supor que o Partido será capaz de crescer e se fortalecer no estado, se suas lideranças, em especial as de maior destaque público no parlamento e nas entidades, não assumirem a tarefa de inserir o PCdoB nos debates sobre os rumos de Santa Catarina.

38. Onde há inserção dos/as comunistas na vida concreta, seja através dos movimentos sociais, na atuação na universidade, no parlamento, etc. o PCdoB se fortalece. Apartado das grandes questões que pautam o debate na sociedade, o PCdoB se apequena e restringe a sua atuação a intervenções setoriais, segmentadas e, por vezes, corporativas.

39. O debate partidário acumulado até aqui conflui para os seguintes pontos em relação ao processo eleitoral de 2018:

a) estabelecer diálogo e articulação permanentes com os demais partidos, correntes políticas e lideranças visando a constituição de frente ampla capaz de apresentar um programa democrático e de defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as, para as candidaturas ao governo estadual e ao Senado, pleiteando a presença de um nome do PCdoB na chapa majoritária;

b) perseguir a eleição de um/a deputado/a federal por SC, reafirmando a candidatura da camarada Angela Albino e construindo as condições para a sua titularidade no próximo pleito;

c) construir chapa própria do Partido para deputado/a estadual, considerando a possibilidade do fim das coligações, visando garantir a manutenção e, se possível a ampliação,



espaço do PCdoB na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, hoje ocupado pelo camarada Cesar Valduga, convocando seus quadros com maior visibilidade pública para a tarefa eleitoral e buscando ampliar este leque com a filiação de novas lideranças dos mais diversos setores da sociedade, capazes de enfrentar o ataque conservador, observando a necessidade de candidaturas que cubram as diferentes regiões e segmentos;

d) dialeticamente 2018 deve ser assumido como importante momento de construção do projeto eleitoral de 2020, que terá como objeto, mantidas as regras atuais, a eleição de prefeitos/as e vereadores/as. O PCdoB em Santa Catarina deve iniciar desde já o debate em torno da viabilidade e possibilidade de lançar candidatos/as a prefeito/a ou a vice-prefeito/a no maior número de municípios, com destaque para os municípios estratégicos e construir desde já chapas próprias proporcionais. Visto dessa forma, a eleição de 2018 pode reforçar lideranças e ampliar a visibilidade em torno de quadros importantes em cada cidade. É tarefa que contribui para o sucesso do nosso projeto e aponta para o futuro.

PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

40. As movimentações e debates que acompanharam o golpe de 2016 permearam a elaboração e as ações da militância comunista nos movimentos sociais. Foi uma fase de intensa mobilização e aguda luta de ideias – face à investida desproporcional por parte dos meios de comunicação e de agrupamentos financiados por partidos de direita e grupos empresariais. A confrontação entre “mortadelas” e “coxinhas”, nas ruas, nas redes sociais e no imaginário popular marcou o período. Hoje, à luz dos resultados desastrosos do golpe, este cenário começa a se redefinir.

41. Localizados nas primeiras fileiras da luta em defesa da democracia, rapidamente os movimentos sociais foram identificados como inimigos pelos defensores do golpe, que adotaram a tática de desqualificar suas pautas e colocar em dúvida a legitimidade de suas lideranças. Tal ataque fragilizou a relação destes movimentos com suas bases, a exemplo da desfiguração, por



parte das Câmaras de Vereadores/as e sob pressão de movimentos de extrema direita, dos planos municipais de educação quanto ao debate de gênero, identidade e orientação sexual, e do surgimento de chapas de direita e extrema-direita concorrendo a Centros Acadêmicos e DCEs.

42. A polarização política, que confinara os extremos ao discurso ensimesmado e deixava de dialogar com o resto do País, começou a se redefinir com a consumação do golpe e a imposição de Michel Temer na Presidência. Dessa vez, todo o povo, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, aposentados/as passaram a se defrontar com as políticas de retrocesso de Temer.

43. Assim como a militância comunista nos movimentos sociais foi pioneira em alertar para a iminência de um golpe, neste segundo momento também é a militância comunista que traz à pauta dos movimentos sociais a necessidade de amplitude para superar o cenário assombroso e de perspectivas nefastas em que se encontra o País. Os frutos desse esforço contribuíram para o caráter robusto dos últimos atos de resistência ao golpe, em especial as greves gerais de 28 de abril e 30 de junho de 2017.

44. Nos movimentos sociais de Santa Catarina a ação do PCdoB, em síntese, apresenta o seguinte cenário:

a) no movimento sindical, lacunas no debate de idéias com nossos/as militantes sindicalistas, contribuíram para que restassem incompreensões em face da política adotada pelo Partido. Ainda assim, os/as comunistas conseguiram manter sua participação nos sindicatos onde já atuavam, além de ter retomado o SINJUSC, com a ampliação na região oeste, no Sindicato dos Metalúrgicos. A realização do Congresso da CTB teve foco na construção de uma direção ampla, contemplando as diversas regiões do Estado, num esforço de preparar a Central para o desafio de ampliar sua atuação e um olhar especial para o diálogo com a juventude trabalhadora. A atuação dos comunistas nos sindicatos contempla a maioria das regiões catarinenses, com destaque para os municípios de Chapecó, Florianópolis e Criciúma. Houve relevante contribuição da CTB na



resistência ao golpe, na organização de atos públicos, mobilização das bases e diálogo com as demais centrais, com empenho maior no âmbito da Frente Brasil Popular;

b) a centralidade do debate nacional, os riscos na manutenção dos programas de acesso e permanência no ensino superior, o debate sobre as universidades comunitárias, a violência contra as mulheres e juventude negra, o enfrentamento a Lei da Mordaza, com a participação de audiência pública da ALESC sobre a reforma do ensino médio, realizada no aniversário de 67 anos da UCE, estiveram entre as principais atividades da juventude. A UJS teve destacada atuação na construção e viabilidade do Conselho Estadual da Juventude, do qual toma assento em representação da UCE. Conquistas como restaurante e farmácia universitária na UNESC, a participação nos conselhos municipais de mobilidade e transporte público e saúde de Criciúma marcaram a atuação da UJS de Criciúma. Em Florianópolis, os debates por moradia universitária, segurança no campus da UFSC, a contribuição com a formação da Secretaria de Diversidade da UFSC também foram avanços que tiveram boa contribuição da juventude comunista. Em Camboriú, o esforço de implementação do CUCA da UNE é elemento de especial atenção. No movimento contra a PEC 55, a juventude teve um papel destacado na ocupação do UFFS Chapecó e escolas estaduais do Oeste coordenadas pela Umes, além do IFC Camboriú, além de que a juventude conquistou cadeira no Conselho universitário da UFFS.

d) a UJS passou por uma fase de dificuldades, perdendo alguns DCEs e CAs em instituições importantes. Mas a participação catarinense no CONUNE foi um momento de retomada na relação com lideranças e interação com jovens de todas as regiões, diversos deles com perfil de liderança, com os quais se mantem diálogo visando o Congresso da UCE e que podem compor os núcleos da UJS nos principais municípios do Estado. Um resultado desse esforço foi a indicação, por meio da UBM, da camarada Carol Listone para integrar o Conselho Nacional da Juventude, fato que é um ganho político para nossa organização principalmente por ser um espaço nacional sendo ocupado por um quadro estadual. Proximamente, uma atenção especial deverá ser dada à reconstrução da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas;



e) a UBM teve um avanço modesto nas novas filiações e nas suas atividades estadualizadas, porém ampliou sua participação nos Conselhos Municipais, compondo os Conselhos Municipais das Mulheres de Chapecó, Criciúma e pela segunda vez ocupando a presidência do Conselho em Itajaí. No caso de Criciúma possui cadeira além do Conselho da Mulher e no Conselho Municipal de Saúde. Em âmbito estadual, manteve a cadeira do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e conquistou espaço no Conselho Estadual de Juventude, onde divide as suplências com UNA e UJS. A UBM se prepara para seu 10º Congresso Nacional e desta forma realiza sua plenária estadual em julho para além de debater a tese, reestruturar a coordenação estadual, e formalização da UBM da Capital, deixando o indicativo para a realização do Congresso Estadual da UBM para outubro de 2017;

f) a atuação do Partido junto ao movimento de negros e negras no último período foi tímida, por vezes marcada por limitações no debate e acompanhamento da frente pela direção estadual e por certo autonomismo de parte dos/as camaradas que atuam na Unegro/SC. Com atuação nos recortes de mulheres, saúde, juventude e educação, a Unegro ocupou espaços de atuação política, como a participação nos conselhos municipais de direitos das mulheres de Florianópolis e Palhoça, além de conquistar cadeira no conselho estadual de população afrodescendente. É realizado um trabalho de base junto às comunidades de Frei Damião e dos colégios estaduais, de formação e orientação política da juventude negra sobre o enfrentamento a violência institucional. Tem sido feito um esforço para viabilizar a instalação de uma sede para a entidade, que pode potencializar sua atuação. Em Florianópolis, Joinville e no Oeste, com destaque para Chapecó, a militância negra do PCdoB também se dedica a retomar contato com o movimento Hip-Hop, em especial as batalhas de Rap, que têm mobilizado centenas de jovens em cada edição. Há a articulação para a reorganização da Nação Hip Hop em Santa Catarina, processo que envolve esforço de quadros destas três regiões;

g) a disposição da fração LGBT catarinense do PCdoB, com especial apoio da UJS e UBM, conseguiu avançar com a criação da UNALGBT em todas as regiões do Estado. Destacam-se as ações da entidade no oeste catarinense, com a realização de duas Paradas de Luta LGBT, e ações



em Criciúma, Jaraguá do Sul e Xanxerê. Com um processo de construção ampla e de diálogo com todos os movimentos e entidades ligadas ao tema, em Florianópolis, por indicação da UNALGBT, a Parada do orgulho LGBT terá como tema Educação e trabalho sem discriminação, em sintonia com a resistência aos retrocessos. A expansão da entidade se dá em ritmo muito rápido, inclusive em municípios sem partido organizado. São dez municípios com direção formalizada e outros nove à espera de formalização;

h) em que pese os esforços de alguns quadros do Partido que atuaram para fortalecer o Cebrapaz no estado, a frente de solidariedade internacional não ganhou o coletivo partidário e, no próximo período, precisa ser fortalecido.

45. A perspectiva para o próximo período é de interação entre as frentes e os movimentos em que atuamos, na busca por fortalecimento das ações e viabilização do crescimento das entidades. A interrelação entre as pautas dos movimentos, como as demandas da juventude trabalhadora, das dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho para pessoas LGBT, a defesa de equiparação salarial entre mulheres e homens e os agravantes de preconceito e exclusão de negros e negras a melhores condições de trabalho são pontos de unidade que podem fomentar um movimento amplo, unitário e com condições de expansão, sintonizados com a resistência aos ataques aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras impetrados pelo governo Temer. É preciso dedicação de tempo e quadros para contribuir com o avanço do movimento sindical, do diálogo com a juventude trabalhadora, e no diálogo e apoio mútuo entre os movimentos, tanto na luta de idéias quanto na estruturação de cada movimento.

46. O PCdoB/SC contribui ainda com alguns quadros importantes que assumiram posições de destaque no cenário nacional, com merecido destaque para a participação do camarada Ronald que assumiu a presidência do Conselho Nacional de Saúde e da camarada Carmen Lúcia que representa a UBM no mesmo colegiado.

BALANÇO DA ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA



47. O Novo ciclo político pós-golpe de 2016 exige um Partido Comunista com identidade política e ideológica nítida e destacada, mediante a assimilação plena do Programa Socialista pelo coletivo partidário, para que seja de fato o guia maior na ação política e na estruturação do Partido. A identidade e a perspectiva política do PCdoB estão em sua ideologia, em seu Programa e em seu Estatuto, são o que diferenciam o PCdoB dos demais partidos.

48. O processo do golpe produziu um realinhamento das forças políticas, inclusive em nosso estado, isolando os partidos de esquerda, notadamente o PT e PCdoB. Em nosso estado, o governo colombo também buscou operar neste rumo. Logo após a eleição o governo procurou ampliar sua aliança, trazendo o PP e PSDB para ocupar espaços de governo, secretarias de estado, inclusive a secretaria de assistência social, fruto desta nova configuração levou o partido a afastar-se da participação do partido em espaços do governo e na ALESC passamos a adotar postura de independência frente ao governo, o que em certa medida já vínhamos adotando desde o início do mandato, posição esta explicitada ao governador logo no início de 2015. Contribuíram para não superação de algumas destas debilidades.

49. A 17ª Conferência, de 2015, deu-se numa situação nacional instável, perigosa e indefinida, com um golpe em curso, consumado em 2016. Ao fazer o balanço dos dois últimos anos de atividade da direção do PCdoB/SC, deve-se levar muito em conta o quanto significou manter erguida nossa bandeira vermelha em meio a todos os ataques, ameaças e perseguições que a esquerda enfrentou.

50. Apesar das dificuldades, limitações e insuficiências, a direção conseguiu manter o Partido de pé, com funcionamento mais ou menos regular de seu Comitê Estadual e sua Comissão Política. Fizemos, até julho de 2017 seis reuniões do Pleno e nove da Comissão Política. O quórum nas reuniões sempre foi alcançado, ainda que quase sempre no limite – tivemos camaradas que não compareceram a nenhuma reunião e outros a uma ou duas, o que deve servir como elemento de debate na formação da próxima direção. Algumas das reuniões se basearam em documentos por



escrito, embora estes não tenham sido enviados com antecedência aos participantes e em geral os debates tenham sido insuficientes. Em especial, a direção teve dificuldade em levar à prática as deliberações aprovadas em reunião, por vezes, decide-se, mas depois não se executa e também com baixo controle.

51. A pressão da crise brasileira, somada à redução de nossos espaços no governo estadual e na Câmara dos/as Deputados/as, à dificuldade de fazer debates internos mais consistentes e a leituras políticas diferentes, refletiu-se na direção, que enfrentou certa desarticulação, esvaziamento e coesão insuficiente para enfrentar a dura realidade. Porém a partir de maio último, após debates internos a direção buscou se rearticular e se fortalecer.

52. A crise política do país e os desafios colocados de dar conta de três frentes institucionais – Secretaria, mandatos estadual e federal – refletiram-se na direção estadual e fragilizaram o acompanhamento dos Comitês municipais. Não conseguimos solucionar satisfatoriamente a coordenação e o funcionamento das Macro-Regiões o que se refletiu em desorganização no nível dos municipais. Avançamos pouco na estruturação e fortalecimento partidário nas 34 maiores cidades e mesmo nas 11 até aqui consideradas estratégicas. Muitas direções municipais enfrentam dificuldades, de ordens diferentes, que precisam ser superadas até a Conferência.

53. Na Conferência de 2015, mobilizaram-se em Santa Catarina cerca de 1.800 militantes. Apesar de termos filiados/as distribuídos/as por 157 municípios, foram realizadas apenas 40 Conferências Municipais, que elegeram 137 delegados e delegadas à Conferência Estadual, dos quais só 82 compareceram. Em aproximadamente dois anos tivemos pouco mais de 500 novos/as filiados/as no estado. Hoje temos o Partido minimamente organizado e com potencial para realizar sua Conferência em 94 municípios. A conferência de 2015, traçou algumas metas em relação ao projeto político eleitoral para as eleições de 2016. Lançar candidaturas majoritárias nas cidades de Florianópolis, Chapecó e Blumenau, e em outras onde viéssemos a criar as condições.



54. Definimos como meta manter as cadeiras de Vereador/a em Chapecó, Içara, Lages, Concórdia, reconquistar Florianópolis. Jaraguá do Sul, Criciúma, Itajaí, além de eleger em Caçador, Blumenau, além de varias outras cidades de médio e pequeno porte.

55. Conforme já analisado, o ambiente completamente adverso, somado às fragilidades de estrutura partidária, de projetos eleitorais, entre outros motivos, contribuiram de forma significativa para não alcançar as metas estabelecidas.

56. Apesar dos importantes passos dados na frente institucional cabe destacar que ainda não conseguimos entender e executar uma justa política na relação entre partido e mandato, assim como partido versus relação com o estado. Percebemos também que ainda há muitas lacunas e incompreensões que necessitam um de um exame mais acurado com objetivo de superá-los.

57. Quanto à inserção do PCdoB nos movimentos sociais e nas lutas desses dois anos em Santa Catarina, os principais avanços aconteceram no grande crescimento da UNA/LGBT e no movimento sindical de Chapecó, enquanto a UJS manteve a frente da UCE. Nos demais movimentos ou frentes pouco avançamos. A participação dos/as comunistas/as nas greves gerais, nas manifestações contra o golpe, em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores foi no geral pequena e um tanto espontânea, à exceção de Chapecó e Criciúma onde o Partido, através de sua direção sindical, deu o tom das lutas.

58. Sobre a questão de finanças O Partido passa por grave crise financeira que se agravou no último período, com falta de políticas efetiva de contribuição partidária e a queda das contribuições no período pré-eleitoral de 2016 e que até o momento não foram devidamente recompostas, não houve o acompanhamento necessário para a adesão ao SINCOM da militância fora da esfera da Direção Estadual e Mandatos. Foi necessário cortar alguns gastos importantes como a ajuda de custo da UJS, e negociação com os valores da assessoria jurídica, esta ultima sem prejuízo da prestação dos serviços. Conseguimos certo equilíbrio nas contas para a mínima estruturação da sede estadual, porém ainda não é suficiente para custear as despesas de viagens



entre outras necessidades. É preciso ampliar significativamente a arrecadação militante para que possamos ter condições de melhorar a estruturação partidária (Material gráfico, propaganda partidária, custeio de viagens, custeio de formação, entre outras necessidades).

PERSPECTIVAS DA ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

59. O período que se abre exige um Partido com ação planejada, mais unido, mobilizado e estruturado, principalmente na capital e nos municípios estratégicos. A nova direção a ser eleita precisa iniciar sua jornada fazendo um planejamento exequível para seus anos de mandato, distribuir responsabilidades e criar mecanismos de controle e atualização. O final do primeiro semestre de funcionamento da direção indica a importância desse instrumento.

60. O elemento central do desafio político-ideológico da estruturação partidária é a existência e funcionamento regular das Organizações de Base – OBs. É preciso resgatar seu papel de mobilização, de formação e identidade dos/as comunistas. A medida deve ser: “Nenhum/a comunista sem Organismo de Base”, desde o mais recente filiado que se somou às nossas fileiras até o mais alto dirigente do Partido. A militância a partir das OBs é direito e dever dos/as filiados/as, é onde se materializa, na prática, nosso compromisso político e ideológico com o PCdoB.

61. Da mesma forma, é preciso tratar com especial atenção da unidade partidária, que se expressa no princípio do centralismo democrático, do respeito às decisões da maioria e da subordinação dos projetos “pessoais” aos projetos do coletivo partidário. O Partido deve atentar para a preservação desses princípios em ambientes novos de grande avanço tecnológico, sobretudo com a massificação das mídias sociais, que devem servir como fator imprescindível para divulgação e maior alcance da mensagem dos/as comunistas/as, evitando que sejam palco de vivência partidária à margem da institucionalidade partidária.



62. Preparar melhor as reuniões e, pelo menos quando estão em pauta questões mais complicadas, analisá-las em documento e remetido previamente aos participantes. Criar mecanismos que democratizem mais a discussão e construam uma efetiva unidade. Consolidar direções com maior unidade política, ideológica e de ação e maior capacidade executiva nos planos estadual, municipal e nas Organizações de Base.

63. A direção estadual precisa estar mais presente nos municípios, conhecer a realidade dos mesmos e orientar de forma mais viva. Para isto é preciso definir quais dirigentes acompanharão cada município. Além das viagens e da presença em reuniões dos Comitês Municipais, a Comissão de Organização deve manter plantão diário na sede estadual para fazer telefonemas de acompanhamento e responder às demandas dos Municipais. O objetivo de acompanhar o Partido é dinâmico e tarefa de todos/as os/as dirigentes do Comitê Estadual e dos comitês municipais. Cada dirigente estadual é expressão da direção coletiva do Comitê. É via de mão dupla que eleva o papel dos/as dirigentes e valoriza o debate e o acompanhamento desde as bases.

64. A composição das novas direções em todos os níveis deve levar em consideração os critérios de renovação, permanência e alternância de funções bem como a participação de quadros das frentes de trabalhadores/as, juventude, mulheres, cultura, ciência, etc. Deve-se zelar que os/as futuros/as dirigentes assumam o seu compromisso de fato com a tarefa de dirigir o Partido, prestando contas ao coletivo e valorizando as instâncias de direção. Neste sentido, a montagem das direções deve ser adequada à realidade em cada município e no estado, evitando artificialismos e “apostas” que acabam por esvaziar a direção no curso dos mandatos.

65. O Partido enfrentou dificuldades em sua atuação no movimento social, seja pela pouca presença, seja por desarticulação do Partido como falta de Secretario/a indicado/a. É preciso que cada frente faça seu planejamento, que a direção crie o fórum estadual dos movimentos sociais e que este construa uma agenda comum.



66. Uma das debilidades importantes nestes dois anos foi o precário trabalho de formação partidária e a inserção na luta de ideias. A maior parte do tempo ficamos com a Secretaria sem titular. Além de indicar alguém para esta importante frente, é preciso avançar na estruturação mínima da Escola Estadual do Partido, principalmente indicando e qualificando seu corpo de professores. E, para avançar na luta de ideias, estruturar a secção estadual da Fundação Maurício Grabóis.

67. Há anos definimos como objetivo estruturar o Partido nos 34 maiores municípios do estado. Avançamos pouco até aqui, ainda que não devemos abandonar tal objetivo. Devemos começar por, seguindo a orientação do Comitê Central, considerar as cidades com mais de cem mil habitantes como cidades estratégicas, que hoje são 13 em Santa Catarina (por ordem de população): Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Jaraguá, Palhoça, Lages, Balneário Camboriú, Brusque e Tubarão. Estas cidades somam 3.113.407 habitantes (46,3%do total do estado) e 2.103.283 eleitores (42,2%). Até a Convenção do PCdoB em 2018, todas as 13 devem contar com direções eleitas em Conferência, organismos de base em funcionamento e contribuição financeira via Sincom, cumprindo com os requisitos de cidades estratégicas.

68. O conjunto do coletivo partidário precisa estar comprometido com as finanças e com as resolução dos problemas. É urgente a necessidade de se debruçar sobre a questão das finanças, ampliar a arrecadação financeira do partido reforçando a campanha de contribuição militante.

69. As coordenações de macro precisam ter sua ação lincada ao planejamento construído pelo comitê estadual e dentro disso construir seus próprios planejamentos junto aos comitês municipais. É necessário que todas as macros garantam fóruns que reúna o conjunto dos comitês locais, para debater com mais qualidade a ação conjunta do partido nas regiões, construindo um canal constante de comunicação com a direção estadual.



70. As secretarias precisam ter seus próprios planejamentos que auxiliem na execução da tática partidária. Para estruturar a direção do partido é preciso ter claro o papel que cada secretaria cumpre para execução da estratégia e da tática partidária, colaborando para um controle mais preciso e constante da construção do partido.

71. O PCdoB completará 100 anos de vida em 2022. Esse será um marco histórico na luta dos/as trabalhadores/as no Brasil e no mundo e, portanto, merece intensa preparação do Partido para o centenário. Devemos assumir o desafio de fortalecer o PCdoB na luta por um Brasil mais justo, democrático, desenvolvido e soberano. Isso pode ser importante fator de mobilização e motivação dos/as comunistas.